

Heterogeneidade e enunciação: um exame do dicionário

Sheila Elias de Oliveira*

Resumo

Este artigo reflete sobre a presença fundamental da heterogeneidade no modo como a autora tem trabalhado sobre a história das palavras a partir de *corpora* de dicionários de língua. A perspectiva é a de uma semântica enunciativa formulada no Brasil, a semântica do acontecimento, que apresenta a partir de sua inscrição em uma linha de estudos enunciativos que inclui Benveniste, Ducrot e Authier-Revuz. O modo de trabalho da autora é ilustrado pelo verbete “cidade” do primeiro dicionário brasileiro de língua portuguesa em oito de suas onze edições, no qual ela pontua aspectos da heterogeneidade na língua, na enunciação e no discurso.

Palavras-chave: Artigo lexicográfico. História da palavra. Heterogeneidade. Enunciação.

Tenho trabalhado nos últimos anos com dicionários e me dedicado, em particular, à leitura de verbetes e ao traçado de um percurso pela história de palavras enquanto entradas de obras da lexicografia monolíngue, na perspectiva dos estudos da enunciação, mais especificamente no quadro da semântica do acontecimento. Apresentarei aqui a base teórico-metodológica deste trabalho, situando-o em uma determinada linha de reflexões no interior dos estudos enunciativos e destacando nele os modos de consideração da heterogeneidade. Ilustrarei o modo de trabalho que venho adotando por meio do verbete “cidade” no primeiro dicionário brasileiro do português, o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, em algumas de suas edições ao longo do século XX.

* Doutor pela Unicamp e docente na mesma instituição. Ministra disciplinas de Semântica e Pragmática e Lexicologia e Lexicografia. Desenvolve pesquisa nos domínios da Semântica da Enunciação e da História das Idéias Linguísticas, em ambos os domínios com

Língua, enunciação e heterogeneidade

No gesto fundador da linguística científica, o *Curso de linguística geral* divide a linguagem em língua e fala, dois elementos que se definem por oposição, salvo pelo caráter alegadamente concreto de ambos. A língua é caracterizada como homogênea, já que só tem dentro de si elementos da mesma natureza, que é psíquica: os signos; por sua vez, a fala, contraparte da língua, é heterogênea, o que torna a linguagem “multiforme e heteróclita”: “Ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social.” Assim, “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (SAUSSURE, 1916, p. 17).

É a heterogeneidade da linguagem, contraposta à alegada homogeneidade da língua, que tornaria a primeira incognoscível: “O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo [...]” (SAUSSURE, p. 28). A solução apresentada no *Curso* é atribuir à língua “o primeiro lugar entre os fatos da linguagem”, o que permitiria introduzir “uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma classificação” e se justificaria por ser a língua, ao contrário da linguagem, “um todo por si e um princípio de classificação” (p. 28). Segundo o *Curso*, portanto, é pela homogeneidade que a caracteriza que a língua é o princípio organizador da linguagem. Desse

modo, seu funcionamento é autônomo em relação ao da linguagem: “A língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria” (p. 31).

Os estudos da enunciação se estabelecem como domínio da linguística no século XX a partir do trabalho de Benveniste. Ao fazer uma discussão do *Curso*, este autor propõe uma nova divisão, não mais entre língua e fala, mas entre língua e discurso. A língua é concebida, tal qual no *Curso*, como “sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 1962, p. 127); o discurso, como “manifestação da língua na comunicação viva”, ou expressão da “língua como instrumento de comunicação” (p. 127).

Ao propor o par língua-discurso, Benveniste não subordina o discurso à língua, tal qual Saussure faz com a fala, tampouco toma como princípio a independência da língua em relação ao discurso. Se, como Saussure, Benveniste entrevê duas linguísticas, ou duas ordens de estudo linguístico – a semiótica e a semântica –, admite que “seus caminhos se cruzem a todo instante” (BENVENISTE, 1967, p. 230) e, embora se esforce em produzir estudos que privilegiem ora o semiótico, ora o semântico, Benveniste admite a dificuldade em separar as duas ordens:

Este é o duplo sistema, constantemente em ação na língua, e que funciona tão velozmente, e de um modo tão sutil, que exige um longo esforço de análise e um longo esforço para dele se desprender, se se quer separar o que é do domínio de um e do outro. Mas no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa (1967, p. 234).

A ordem semiótica “se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação” (BENVENISTE, 1967, p. 230). O semiótico diz respeito à língua em sua organicidade e à função de significar. O semântico diz respeito à língua acionada pelo discurso e à função de comunicar. É o semântico que se liga, então, à enunciação e é na relação intrincada entre semântico e semiótico que podemos vislumbrar em Benveniste um questionamento da homogeneidade da língua, preconizada por Saussure.

O semiótico (ou o emprego das formas) e o semântico (ou o emprego da língua) são diferentes olhares, cada um caracterizando “uma outra maneira de ver as mesmas coisas, uma outra maneira de as descrever e as interpretar” (BENVENISTE, 1970, p. 81). O emprego da língua (à diferença do emprego das formas) é o próprio da enunciação, definida como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de apropriação” (p. 82). O “emprego da língua” tem como centro o “aparelho formal da enunciação”, composto por um conjunto de caracteres linguísticos que marcam a relação do locutor com a língua na enunciação. A descrição do aparelho formal dá visibilidade à *heterogeneidade* das formas da língua:

É preciso então distinguir as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de “indivíduos” que a enunciação cria e em relação ao “aqui-agora” do locutor. Por exemplo, o “eu”,

o “aquele”, o “amanhã” da descrição gramatical não são senão os “nomes” metalinguísticos do *eu*, *aquele*, *amanhã* produzidos na enunciação (BENVENISTE, p. 86).

A caracterização do aparelho formal da enunciação nos mostra que *os signos da língua não funcionam todos do mesmo modo* e que, ao se tomarem em conta esses “indivíduos linguísticos” que diferem dos “termos nominais” (BENVENISTE, p. 85), é preciso considerar a *relação da língua com a referência*, dois fatores que rompem a homogeneidade da língua tal como proposta por Saussure. Benveniste afirma ainda que, “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias para as grandes funções sintáticas” (p. 86), o que traz para o interior do sistema de regras gramaticais a *relação entre a língua e o locutor*.

Sujeito, enunciação e heterogeneidade

Em dois autores franceses dos estudos da enunciação posteriores a Benveniste, Authier-Revuz e Ducrot, o tratamento da heterogeneidade não incide em primeiro plano sobre a língua, como em Benveniste, mas sobre o sujeito falante; a heterogeneidade se opõe antes à *unicidade* do sujeito que enuncia do que à *homogeneidade* da natureza dos elementos linguísticos.

Benveniste reconhece como condição fundamental da linguagem a “possibilidade da subjetividade” (1958, p. 289); ele coloca essa possibilidade à frente

da função comunicativa, que seria dela derivada. A subjetividade toma, assim, um lugar central no funcionamento da linguagem. Benveniste a define como

a capacidade do locutor para se propor como “sujeito”. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo [...] mas como a unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas que reúne, e que assegura a permanência da consciência. Ora, essa “subjetividade” [...] não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da subjetividade que se determina pelo *status* linguístico da “pessoa” (p. 286).

O sujeito de Benveniste “é “ego” que diz *ego*”. Desse modo, é caracterizado como uma “unidade psíquica”. É também homogêneo: cada indivíduo, ao se apropriar da língua para colocá-la em funcionamento no ato de enunciação, toma o lugar de *locutor*, que se torna o “parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, p. 83).

Tanto Ducrot quanto Authier-Revuz se afastam da concepção benvenistiana da subjetividade pela contestação da unicidade e da centralidade do sujeito falante. Em Ducrot, essa contestação é realizada na teoria polifônica, que dá visibilidade às diferentes vozes superpostas em um mesmo enunciado e se inscreve em uma concepção de enunciação que, ao contrário de Benveniste, não se dá como ato do sujeito falante/locutor: a enunciação é o “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1984, p. 168).

Em Authier-Revuz, a contestação da unicidade e da centralidade do sujeito falante é realizada no trabalho sobre as heterogeneidades enunciativas: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada. Na abordagem da heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso, a autora faz menção ao dialogismo bakhtiniano e à intuição de que “as palavras são, sempre e inevitavelmente, ‘as palavras dos outros’” (AUTHIER-REVUZ, 1984, p. 26). Faz menção, ainda, a dois outros lugares teóricos: à análise do discurso, que ela remete aos trabalhos de Pêcheux, entre outros, e resume pela “problemática do discurso como produto do interdiscurso” (p. 27), e à psicanálise, que, “apoiada na leitura de Saussure, na leitura lacaniana de Freud, produz a dupla concepção de uma fala fundamentalmente heterogênea e de um sujeito dividido” (p. 28).

Ao trazer para a caracterização da divisão subjetiva um exterior constitutivo que coloca em relação o inconsciente e a ideologia, o trabalho de Authier-Revuz se aproxima do que vem sendo desenvolvido no Brasil na semântica do acontecimento. Em ambas as abordagens, é essa relação que leva à compreensão de que a subjetividade não se reduz ao *ego* benvenistiano, que se apropria da língua e se torna, ao fazê-lo, parâmetro da enunciação.

Na semântica do acontecimento, essa compreensão se dá por meio do diálogo com a análise do discurso (AD) tal como vem sendo praticada no Brasil a partir

da reflexão desenvolvida por Orlandi com base no trabalho de Pêcheux. Nessa perspectiva, a ilusão subjetiva do *ego* como fonte e eixo da enunciação é um efeito ideológico necessário ao funcionamento da linguagem, pelo qual aquele que fala se toma como origem do seu dizer e esquece que sempre fala de uma posição-sujeito no interdiscurso. Esse esquecimento vem acompanhado de outro, pelo qual aquele que fala esquece que tudo o que diz poderia ser dito de outro modo (PÊCHEUX, 1975, p. 173).

Assim, na relação com a AD, a semântica do acontecimento não concebe a subjetividade como “unidade psíquica”, tal como define Benveniste, mas como posição interdiscursiva, entendendo o interdiscurso como “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, que representam, no dizer, as formações ideológicas (PÊCHEUX, p. 162). A concepção de discurso não é, tampouco, a de “manifestação da língua na comunicação viva”, como em Benveniste, mas a de efeito de sentidos entre locutores:

Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos, e isso só é possível, já que sujeito e sentido se constituem mutuamente, pela sua inscrição no jogo das múltiplas formações discursivas (que constituem as distintas regiões do dizível para os sujeitos) (ORLANDI, 1992, p. 20).

A consideração de que o sentido se produz nas relações entre locutores coloca a enunciação como elemento semântico fundamental. É ao modo como

essa relação de sentidos se inscreve no dizer, a partir da tomada da palavra pelos sujeitos falantes, que a semântica do acontecimento tem se dedicado.

No interior desse quadro, no trabalho sobre a história da palavra a partir de *corpora* lexicográficos, tenho considerado a heterogeneidade: 1. na própria semântica da palavra, como elemento da língua; 2. na predicação que ela recebe na enunciação do verbete do dicionário, o que compõe sua designação. Neste segundo aspecto, háo que se considerar: a) a disparidade de tempos inscrita em todo dizer; b) os efeitos de sentido produzidos a partir da filiação do dizer a certas posições-sujeito interdiscursivas; c) a representação do sujeito falante na enunciação, seja esta representação do próprio lexicógrafo, seja de falantes postos por ele na cena do verbete. São esses modos de se considerar a heterogeneidade que abordo a seguir na apresentação do modo de trabalho sobre o verbete lexicográfico.

Palavra, dicionário, enunciação, heterogeneidade

Ao tomar a história da palavra como a história de suas enunciações, a *heterogeneidade da palavra como elemento da língua* é considerada à medida que se assume, de um lado, que há um sentido, ou alguns sentidos, que se estabilizam como associados a tal ou tal palavra no imaginário dos falantes; de outro lado, que uma palavra é sempre um ponto de

deriva latente para uma infinidade de sentidos, já que a língua é constituída pela interdiscursividade e que a enunciação é acontecimento e, como tal, produz uma “diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2002, p. 11).

Assim é que a história da palavra não pode se fazer senão a partir de percursos pela sua enunciação, pelos quais se dá visibilidade às diferentes predicções que recebe nos acontecimentos enunciativos e às posições-sujeito que sustentam essas predicções em um dado período. A potencialidade semântica latente na palavra se alimenta e se efetiva nos acontecimentos enunciativos em que ela é inscrita.

Tenho feito a opção por um lugar de enunciação particular: o do dicionário de língua. Como instrumento que registra as palavras da língua e suas definições, o dicionário se constitui num lugar de memória específico sobre a palavra. No exame do percurso de enunciações da palavra como entrada lexicográfica, podemos observar nas predicções da palavra no corpo definicional do verbete desdobramentos morfológicos, encadeamentos sintáticos possíveis, divisões polissêmicas, entre outros elementos que juntos compõem o *dizer a palavra / sobre a palavra* do dicionário.

Na perspectiva da semântica do acontecimento, o que caracteriza o acontecimento (enunciativo) como diferença na sua própria ordem é que “o acontecimento temporaliza” (GUIMARÃES, 2002, p. 11):

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação (GUIMARÃES, p. 12).

A disparidade de tempos está ligada à disparidade do locutor; eis dois *aspectos enunciativos da heterogeneidade*. A temporalidade do *ego* benvenisteano é, para Guimarães, apenas um aspecto da temporalidade da enunciação, e está ligada à representação do locutor como origem do dizer:

[...] a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor) (p. 14).

Por sua vez, se o locutor está dividido no acontecimento, é “porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito”, isto é, “de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos” (GUIMARÃES, p. 14). Disso decorre que

o sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica). (GUIMARÃES, p. 14).

O acontecimento, como espaço de temporalização, recorta um passado, e assim realiza uma rememoração de enunciações anteriores, a partir das quais projeta um futuro de interpretação. Os rememorados (memoráveis) no presente do acontecimento nos indicam as posições-sujeito interdiscursivas em jogo. As posições-sujeito a que o locutor se filia no acontecimento sustentam a tomada da palavra e configuram *o lugar discursivo da abordagem da heterogeneidade*.

Na tomada da palavra, o acontecimento distribui os lugares de enunciação para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”, tomados não como pessoas, mas como uma configuração do acontecimento enunciativo, enquanto lugares constituídos pelos dizeres (GUIMARÃES, p. 23). Com essa caracterização, Guimarães retoma a polifonia enunciativa de Ducrot, mas em um outro quadro, no qual não considera o locutor enquanto pessoa no mundo, já que as figuras da enunciação são configuradas pelo acontecimento enunciativo e aquele que fala o faz como ser simbólico, não empírico. Outra diferença é o limite de análise da distribuição polifônica: em Ducrot, o enunciado; em Guimarães, o texto. A passagem do enunciado para o

texto se dá por uma apropriação livre do que Benveniste (1962) caracteriza como a relação integrativa entre os níveis de análise linguística:

O sentido de um elemento lingüístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla. Vê-se que ao fazer este uso da relação integrativa, a despeito de Benveniste ter dito que ela não permitia passar do limite do enunciado, estou dizendo que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido (GUIMARÃES, p. 7).

As figuras da enunciação são três: o *locutor* (L), o *locutor-x* (l-x) e o *enunciador* (E). L é o “eu” que se representa como fonte do dizer, desconhecendo que enuncia afetado por lugares sociais (l-x) autorizados a falar, de um *modo* específico, e em uma *língua* específica. Já os Es são lugares de dizer representados na tomada da palavra, que podem ser de quatro tipos: *individual* (como em “eu declaro...”); *universal* (típico do discurso da ciência, sem modalizações, como em “todo homem morre”); *genérico* (como na repetição de um dito popular (“quem espera sempre alcança”) e *coletivo* (como em “nós, lexicógrafos...”).

No dicionário de língua, L toma a palavra como lexicógrafo, um lugar de saber que o autoriza a falar (l-x) *sobre* as palavras da língua, especificando quais são, como se definem e como são empregadas. O lugar enunciativo (E) na lexicografia do século XX é, sobretudo, o universal, que faz com que o dizer do verbete se projete como verdade sobre a palavra-entrada. Mas o lexicógrafo acaba

por colocar em cena divisões coletivas entre falantes: os que compõem um passado da palavra, implícitos na etimologia, por exemplo, ou na marcação de uma acepção como antiga ou em desuso. Um outro exemplo de divisão coletiva é aquela entre especialistas, ou entre o locutor especialista e o locutor comum, quando uma acepção é marcada como referida a certo campo de conhecimento.

A relação entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas configura a *cena enunciativa* do verbete. A forma linguística fundamental, no caso do verbete do dicionário, é a palavra-entrada, sobre a qual incidem os predicados que esta recebe no corpo definicional. A predicação, realizada em dois procedimentos – a *reescritura* e a *articulação* –, constitui a textualidade do verbete. A reescritura, compreendida como o movimento de retomada de uma forma, de redizer essa forma ao longo de um texto (GUIMARÃES, 1998), é observada entre a palavra-entrada e o corpo do verbete, em particular as acepções. Por sua vez, a articulação, compreendida como as relações entre as formas contíguas em um texto (2007), é observada na ordem das acepções, bem como entre as acepções e as marcações e os exemplos ou comentários que as antecedem ou seguem.

Tenho partido da pergunta “o que a palavra-entrada x (*cidade*, no que ilustraremos aqui) designa em cada um dos dicionários (e nas diferentes edições dos mesmos dicionários) que compõem o *corpus*?” Cabe explicitar, então, a relação

entre *definição* e *designação*. A definição lexicográfica busca dar visibilidade às diferentes possibilidades de enunciação das palavras. Na lexicografia, ela é sinônimo de *acepção* ou de *conjunto das acepções* de uma palavra-entrada. De um ou de outro modo, nós a consideramos parte da *designação* da palavra no verbete, esta entendida como a significação de uma palavra constituída em virtude de sua relação com outras palavras no acontecimento enunciativo, dada sua história de enunciações (GUIMARÃES, 2002, 2007).

Perguntar sobre a designação, não sobre a definição, permite colocarmos em relação com as acepções, por meio dos movimentos de reescritura e articulação à palavra-entrada, os outros elementos do verbete. Para chegar à designação da palavra, analisamos nos movimentos enunciativos que compõem a textualidade do verbete (a reescritura e a articulação) os movimentos discursivos (a paráfrase e a polissemia):

[...] todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 1999, p. 36).

A polissemia interessa particularmente, na medida em que é por meio dela que percebemos no dicionário – lugar de representação da estabilidade da palavra, suas instabilidades e divisões, em movimentos que por vezes conduzem à mudança semântica. A enunciação lexicográfica procura arregimentar a polissemia, separando em acepções sentidos que por vezes se sobrepõem nas enunciações cotidianas. Mas a polissemia, entendida discursivamente, trabalha no artigo lexicográfico não só na relação entre as diferentes acepções, mas entre elas e os exemplos, entre a palavra-entrada e as expressões compostas ou palavras derivadas, enfim, em elementos que são considerados laterais na representação semântica do verbete, centrada na definição, cujo elemento principal são as acepções. A polissemia trabalha, portanto, na designação da palavra.

Heterogeneidade na enunciação de cidade como entrada lexicográfica

Apresento abaixo o verbete “cidade” do *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* (PDBLP) em oito das suas onze edições ao longo do século XX, incluindo a primeira, de 1938, e a última, de 1967. Os elementos novos são sublinhados a cada edição. O que exporei em seguida não é uma análise conclusiva, posto que este é apenas um dos dicionários do *corpus* que reúne dicionários brasileiros e lusitanos do século XX, sobre o qual tenho trabalhado. O que apresentarei é uma ilustração de alguns elementos passíveis de exame na composição da história da palavra feita a partir de um *corpus* lexicográfico, com especial atenção à abordagem da heterogeneidade.

PDBLP, 1938, 1939*

cidade, *n.f.* Povoação de categoria superior à da vila; os habitantes dessa povoação em conjunto; (Bras.) vasto formigueiro de saúvas, composto de diversos alongamentos a que chamam *panelas*.**

* Na edição de 1939, a marca da classe morfológica é “s.f.” e não mais “n.f.”.

** Esta acepção que refere a um formigueiro não faz parte de nosso recorte semântico, já que não significa a cidade como algo do humano.

PDBLP, 1942, 1944, 1946

cidade, *s.f.* Povoação de categoria superior à da vila; os habitantes dessa povoação em conjunto; tipo de povoamento em que a população é fortemente grupada e a maioria dos habitantes emprega a maior parte de seu tempo no interior da aglomeração e em actividades de carácter mercantil e industrial (Bras.) vasto formigueiro de saúvas, composto de diversos alongamentos a que chamam *panelas*.

PDBLP, 1955

cidade, *s.f.* Povoação de categoria superior à da vila; os habitantes dessa povoação em conjunto; tipo de povoamento em que a população é fortemente grupada e a maioria dos habitantes emprega a maior parte de seu tempo no interior da aglomeração e em atividades de carácter mercantil e industrial; (Bras.) vasto formigueiro de saúvas, composto de diversos alongamentos a que chamam *panelas*; - *alta*: parte elevada de uma *cidade*, por contraposição a *baixa*; - *dos pés juntos*: (Bras.) (pop.): cemitério; *ir para a - dos pés juntos*: (V. Morrer); a - Eterna: Roma.

PDBLP, 1963, 1967

cidade, *s.f.* Povoação de categoria superior à da vila; os habitantes dessa povoação em conjunto; tipo de povoamento em que a população é fortemente grupada e a maioria dos habitantes emprega a maior parte de seu tempo no interior da aglomeração e em atividades de carácter mercantil e industrial; a área central de uma *cidade*; o centro comercial; (Bras.) vasto formigueiro de saúvas, composto de diversos alongamentos a que chamam *panelas*; - *aberta*: cidade não fortificada e sem objetivos militares, que a praxe beligerante convencionou poupar de bombardeios, ataques, etc.; - *alta*: parte elevada de uma *cidade*, por contraposição a *baixa*; - *dos pés juntos*: (Bras.) (pop.): cemitério; *ir para a - dos pés juntos*: (V. Morrer); a - Eterna: Roma.

Palavras compostas e expressões idiomáticas: heterogeneidade no desdobramento lexical

Ao comparar dicionários anteriores ao século XX com este primeiro dicionário brasileiro do português, nos deparamos com um novo elemento na representação da palavra “cidade”: sua divisão em nomes compostos e expressões idiomáticas. Esse processo de divisão se confirmará

em contínua produtividade em outras obras do século XX. Nas edições aqui apresentadas do *Pequeno dicionário*, esse processo começa a ser representado em 1955, quando “cidade” recebe o acréscimo de três nomes compostos – *cidade alta*, *cidade baixa*, a *Cidade Eterna* – e de uma expressão idiomática desdobrada em expressão nominal e expressão verbal – *cidade dos pés juntos*, *ir para a cidade dos pés juntos*. Na edição de 1962 há um novo acréscimo de nome composto: *cidade aberta*. Eis a heterogeneidade

inscrita na palavra nas suas redivisões para a formação de novos itens lexicais.

Semanticamente, observamos que esse conjunto de elementos trazidos no *Pequeno dicionário* tem em comum uma direção semântica: *cidade* é significada como lugar; nas expressões compostas ou idiomáticas, a palavra se refere a uma parte de uma cidade (*alta, baixa, dos pés juntos*), ou a uma cidade específica (*eterna*: Roma), ou, ainda, a um tipo de cidade (*aberta*). Uma acepção acrescida em 1962 significa também uma divisão no espaço da cidade; a palavra passa a referir à parte central de uma cidade.

Tendo-se constatado que esse processo de formação de nomes compostos e expressões idiomáticas é produtivo em outros dicionários brasileiros, os passos seguintes são: 1. observar nas outras obras a permanência ou não dos mesmos nomes ou expressões compostas presentes no *Pequeno dicionário* para compreender se estes compõem as divisões da palavra em um certo período ou se permanecem ao longo do tempo; 2. observar se a direção semântica é a mesma, isto é, se nos outros dicionários os processos de composição mantêm a significação de *cidade* como lugar; 3. uma vez que trabalhamos sobre dicionários de língua nacional brasileiros e lusitanos, verificar se o mesmo processo passa a ocorrer no século XX nos dicionários lusitanos, já que até o século XIX a lexicografia de língua portuguesa era comum aos dois países, e feita sob o comando da metrópole europeia.

Para todos os resultados apresentados abaixo, a comparação com os dicionários lusitanos pode abrir um novo olhar sobre a palavra, permitindo mostrar suas divisões (sua heterogeneidade) na relação entre dois espaços-tempos diferentes: o do português do Brasil e o do português de Portugal.

Figuras da enunciação: heterogeneidade e representação dos falantes da língua

No que diz respeito às figuras da enunciação, o lugar social de tomada da palavra é de locutor-lexicógrafo. No *Pequeno dicionário*, este lugar é autorizado a um conjunto de intelectuais cuja obra, na maior parte das vezes, não inclui experiência prévia em atividade lexicográfica, mas inclui produção literária e/ou de diversificada reflexão sobre a linguagem. Dois dos locutores que colaboram para a obra ao longo do tempo são Antenor Nascentes, estudioso da linguagem em diversos domínios, que mais tarde assinaria sozinho o *Dicionário da língua portuguesa* (1961-1967), além de outros dicionários especializados, e que em 1939, quando aumentou e revisou o *Pequeno dicionário*, já havia publicado o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1932); e Aurélio Buarque de Holanda, que participou do *Pequeno dicionário* a partir da terceira edição (1943) e em 1975 assinaria sozinho o

dicionário mais conhecido no país, o *Novo dicionário da língua portuguesa* ou “Aurélio”, reeditado até os nossos dias.

O lugar de dizer predominante do locutor-lexicógrafo é o de um enunciador universal, próprio, como já afirmei, da lexicografia em língua portuguesa no século XX. É diferente do que encontramos, por exemplo, em enunciados definidores no verbete “cidade” da sétima edição do *Dicionário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, de 1877: “*Antigamente deram este nome a villas, ou concelhos, e povoações grandes*” e “*A cidade por excellencia, se entende de aquella onde estão os que fallam*”. Neles, por meio das expressões em itálico, põe-se em cena um locutor-falante da língua predicado por um enunciador genérico, que produz um efeito de pertencimento ao senso comum, diferentemente dos enunciados universais, que inscrevem a relação unívoca entre o dizer e a verdade e apagam o lugar de locutor da cena.

No século XX, a universalidade dos enunciados é rompida por um colocar-se em cena os locutores-falantes da língua de outro modo, não mais pelo pertencimento ao senso comum, mas pelo pertencimento a coletividades específicas, o que configura uma divisão entre os falantes. A estrutura do enunciado definidor também é outra: a representação dos falantes postos em cena não se dá no interior do enunciado definidor, mas, sim, geralmente entre parênteses antecedendo ou sucedendo o enunciado definidor, por meio de uma marcação externa sobre o enunciado.

Nas edições apresentadas do *Pequeno dicionário*, há duas coletividades postas – a dos locutores-brasileiros, na única acepção que não faz parte do nosso recorte – “(Bras.) vasto formigueiro de saúvas, composto de diversos alongamentos a que chamam *panelas*” – e a dos locutores-populares brasileiros, na expressão idiomática *cidade dos pés juntos*: “– *dos pés juntos*: (Bras.) (pop.): cemitério”. De um lado, a marcação “brasileirismo” em ambas nos indica que a língua portuguesa descrita pelo primeiro dicionário brasileiro do português é uma língua comum a outros países, já que um elemento considerado próprio do Brasil é assinalado como tal e distinto de outros elementos que não são próprios do Brasil. De outro lado, na marcação “popular” vemos uma divisão da língua do Brasil entre o “não popular” e o “popular”. A língua e os falantes da língua não são, portanto, significados de modo homogêneo, mas na heterogeneidade da divisão entre brasileiros e não brasileiros e entre “brasileiros populares” e “brasileiros não populares”.

Temporalidade do acontecimento: heterogeneidade nos memoráveis do dizer

Ao interpretar o verbe “cidade” (e seus equivalentes em francês *ville* e *cité*¹) tenho abordado a relação entre essas palavras da modernidade e duas palavras latinas: *urbs* e *civitas*. Na lexicografia, essa relação fica ainda mais visível pelo

fato de as obras monolíngues de língua nacional serem, em geral, precedidas por obras bilíngues língua nacional-latim. O *Vocabulário português e latino* (1712), de Rafael Bluteau, tomado como base para o dicionário considerado o primeiro monolíngue da língua portuguesa, o *Diconário da língua portuguesa* de Antonio de Moraes Silva (1789), divide as traduções para o latim entre *urbs*, *civitas* e, com menor destaque e sempre junto a uma das duas palavras, *oppidum*.

Tenho buscado, na designação de *cidade* (assim como na de *citê* e *ville*²), o modo como esta palavra ressignifica a relação com o par latino. *Cidade* pode ser tradução de ambas. A *urbs* atribui-se o sentido de ocupação geoarquitetônica e socioeconômica do espaço em oposição à ocupação do campo; a *civitas* atribui-se o sentido de (formação de) uma comunidade política. Ambas as palavras tanto podem identificar o espaço como os sujeitos que fazem parte deste espaço. Vejamos, então, algumas pistas dessa relação na disparidade de tempos que compõem o acontecimento enunciativo do verbete “cidade” no *Pequeno dicionário*.

Em um artigo lexicográfico, o corpo definicional recorta um passado na história das enunciações da palavra para compor o presente do acontecimento; ao fazê-lo, o corpo definicional procura descrever o conjunto de empregos da palavra na contemporaneidade da enunciação da obra e, em alguns casos, de forma sinalizada, compor para a palavra um passado (cf. acima em um enuncia-

do definidor de Moraes Silva o emprego da palavra “antigamente”). Quando as acepções (e/ou os elementos que as acompanham) não são referidas a um espaço e/ou a um tempo específico, fica implícito que o emprego descrito tem validade na contemporaneidade da enunciação do dicionário para o conjunto de falantes da língua que o dicionário descreve.

No *Pequeno dicionário*, a primeira edição (1938) traz duas acepções, sendo que uma não diz respeito ao nosso recorte, já que *cidade é formigueiro*, não obra humana. A acepção considerada é, então, “povoação de categoria superior à da vila; os habitantes dessa povoação em conjunto”. Esta acepção, junto àquela que significa *cidade* como formigueiro, reescreve as acepções do dicionário de Antonio Moraes Silva em sua última edição do século XIX, de 1889-1891.

A primeira parte do enunciado definidor “povoação de categoria superior à da vila” reescreve a primeira acepção do Moraes da primeira edição, de 1789; a segunda parte, “os habitantes desta povoação em conjunto”, reescreve a segunda acepção do Moraes desde 1831. Há, portanto, uma repetição ou paráfrase discursiva em relação ao século XIX. O memorável da nomeação da divisão geopolítica do país se sustenta em uma posição-sujeito urbano-administrativa na primeira parte do enunciado; o memorável da ocupação e formação da cidade pelos sujeitos que a habitam se sustenta em uma posição-sujeito que se faz na contradição entre o urbano e o político

na segunda parte do enunciado. Há, assim, uma ligação com *urbs* no primeiro elemento e com a contradição entre *urbs* e *civitas* no segundo.

Na edição de 1942, uma nova acepção surge: “Tipo de povoamento em que a população é fortemente grupada e a maioria dos habitantes emprega a maior parte de seu tempo no interior da aglomeração e em actividades de carácter mercantil e industrial.” O memorável do modo de agrupamento dos sujeitos e do tipo de atividade econômica exercida na ocupação do espaço urbano, ligado a *urbs*, sustenta-se na posição-sujeito do urbanismo, não mais da administração.

Finalmente, em 1962, a última acepção acrescentada ao núcleo definicional: “A área central de uma *cidade*; o centro comercial.” Nela, *cidade* não é mais *povoação*, *habitantes desta povoação* ou *tipo de povoamento*; é localização no interior do espaço urbano. O memorável da divisão do espaço se liga a *urbs*. A divisão do espaço, como vimos acima, se reduplica na enunciação do *Pequeno dicionário* nas palavras compostas e expressões idiomáticas que se articulam ao conjunto de acepções. A cidade vai sendo representada pela sua ocupação, e o nome vai se dividindo em sentidos novos, em composições ou idiomatismos que indicam seu largo emprego na língua cotidiana.

Funcionam, assim, diferentes memoráveis e diferentes posições-sujeito, que vão surgindo na cena da definição, no movimento da heterogeneidade enun-

ciativa e discursiva que trabalham na (re-)construção da unidade da palavra. No caso de *cidade*, chama a atenção o fato de que nada é suprimido no *Pequeno dicionário*; a palavra-entrada vai sendo acrescida de novos predicados, seja nas acepções, seja nas composições. O efeito, em uma leitura que segue uma linha cronológica, como a que empreendemos, é o de densificação semântica.

Nessa densificação, observa-se um direcionamento para a relação com *urbs* pelos diferentes memoráveis de ocupação e nomeação do espaço e suas divisões, em detrimento da relação com *civitas*, que significa o corpo político. A memória ligada a *civitas* pode ser vislumbrada apenas em uma acepção que enuncia *cidade* como seus habitantes, na qual divide espaço com a memória da *urbs*, marcada pelo emprego mesmo do nome “habitantes”.

Na resignificação da relação *urbs-civitas*, projeta-se sobre a palavra um futuro de interpretação determinado pela relação com os sentidos ligados a *urbs*, e isso se dá de modo particular, a partir do cruzamento entre as posições-sujeito do urbanismo e da administração. A designação de *cidade* se faz, ao longo das edições, intensificando essa relação, ao passo em que ratifica o apagamento da memória de sentidos ligada a *civitas* da cena enunciativa da definição.

Heterogeneidade e enunciação em uma semântica brasileira

Busquei dar visibilidade ao modo como a semântica do acontecimento, formulada no Brasil, se apropria da questão da heterogeneidade tal como vem sendo posta em uma certa linha de filiação nos estudos da enunciação produzidos na França, e ao modo como meu trabalho, fundamentado na semântica do acontecimento, tem tratado dessa questão, ora de maneira explícita, ora de maneira implícita, isto é, discutindo-a diretamente ou não, na abordagem do verbete lexicográfico.

Como nas teorias de Authier-Revuz e Ducrot, na de Guimarães, a heterogeneidade se coloca em primeiro lugar por meio do questionamento da unicidade e da centralidade do sujeito falante. Pelo diálogo com a AD, para a qual a relação entre sentido e subjetividade é constitutiva das línguas, a semântica do acontecimento permite, como vimos, considerar, de modo particular, a heterogeneidade na língua, na enunciação e no discurso.

É assim que podemos ver no verbete do *Pequeno dicionário*: a) a palavra se dividindo, se tornando diferente de si mesma em acepções, palavras compostas e idiomatismos; b) as divisões na representação da língua e dos sujeitos falantes, por meio das marcações “brasileirismo” e “brasileirismo” / “popular”; c) os diferentes memoráveis presentificados nas acepções, e a polissemia entre

as posições-sujeito a que se filiam, bem como as relações entre elas estabelecendo um futuro de interpretação para a palavra.

O olhar sobre a heterogeneidade é, então, fundamental para a compreensão da designação da palavra, configurada no acontecimento enunciativo do artigo lexicográfico, e na construção de uma história da palavra contada a partir de dicionários, da perspectiva de uma semântica linguística para a qual o dizer do verbete do dicionário assume lugar particular na história de enunciações da palavra.

Heterogeneity and enunciation: an exam of the dictionary

Abstract

This article reflects on the fundamental presence of heterogeneity in the author's working procedures on the history of words based on corpora of language dictionaries. The point of view is one of an enunciative semantics born in Brazil – the Semantics of the Event, which she presents through its inscription in a line of enunciative studies that includes Benveniste, Ducrot and Authier-Revuz. The author's working procedures are illustrated through the article *cidade* (city) in eight of the eleven editions of the first Brazilian dictionary of Portuguese, in which she points out aspects of heterogeneity in language, enunciation and discourse.

Key words: Lexicographic article. Word history. Heterogeneity. Enunciation.

Notas

- ¹ O *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa* faz parte de um *corpus* de dicionários brasileiros, lusitanos e franceses que servem de base para o trabalho sobre as palavras *cidade*, *ville* e *citê* em análises que integram o projeto Nomes da cidade, que começou a ser desenvolvido em um pós-doutorado na ENS-LSH de Lyon. Agradeço ao Laboratório Triangle pela acolhida e ao Convênio Capes-Cofecub pela bolsa concedida no interior do projeto “O controle político da representação: uma história das ideias”.
- ² Para algumas análises dessas palavras remeto a duas publicações: a) ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Um estudo sobre a *citê*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 151, v. 1, jan./jun. 2009, p. 95-106; b) ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. *Cidade, ville, citê*: três percursos lexicográficos. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: RG, n. 23/24, jan./jul. e ago./dez. 2009. No prelo.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. (1984). Heterogeneidades enunciativas. *Caderno de Estudos Linguísticos* 19, p. 25-42, jul./dez. 1990.
- BENVENISTE, E. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1995. p. 284-293.
- _____. (1962). Os níveis de análise lingüística. In: *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1995. p. 127-140.
- _____. (1967). A forma e o sentido na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 220-242.
- _____. (1970) O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.
- DUCROT, O. (1984). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-218.
- FUCHS, C. Les problématiques énonciatives: esquisse d'une présentation historique et critique. *DRLAV*, 25, p. 35-60, 1981.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, 2007. p. 77-96.

ORLANDI, E. P. (1992). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1982). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.

SAUSSURE, F. de. (1916). *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.